

TERMOS E CONDIÇÕES

Sociedade Portuguesa de Psicologia Analítica - Associação de Psicologia - SPPAA-IJP

Última atualização: 10 de agosto de 2026

1. Identificação da entidade

O presente website é explorado pela Sociedade Portuguesa de Psicologia Analítica - Associação de Psicologia - SPPAA-IJP, doravante designada por SPPA, associação sem fins lucrativos, de caráter científico, aconfessional e apartidário.

O Instituto C. G. Jung Portugal (IJP) é uma marca explorada pela SPPA, designadamente no âmbito da formação de Analistas Junguianos e das atividades formativas associadas.

- NIF: 518 138 186
- Sede: Rua Nova dos Mercadores, n.º 5A, 1990-175 Lisboa, Portugal
- Telefone: (+351) 925 748 218
- Email: geral@sppa.pt
- Website: www.sppa.pt

2. Âmbito e objeto

Os presentes Termos e Condições regulam a utilização do website da SPPA e, quando aplicável, a inscrição, contratação e pagamento das atividades e serviços disponibilizados pela associação, designadamente conferências, palestras, workshops, congressos, cursos, seminários, grupos de estudo, atividades científicas e culturais e programas de formação.

Determinadas atividades, nomeadamente o Programa de Formação de Analistas Junguianos, encontram-se ainda sujeitas aos respetivos regulamentos, condições de admissão, calendários e condições financeiras específicas, que complementam os presentes Termos e Condições.

Os pagamentos de natureza estritamente associativa, designadamente quotas ou outras contribuições previstas nos Estatutos ou regulamentos da SPPA, regem-se por esses instrumentos e não se confundem com a inscrição numa atividade ou prestação de serviço.

3. Informação sobre as atividades e serviços

Antes da inscrição ou pagamento, a SPPA disponibiliza, na medida aplicável a cada atividade, informação clara sobre:

- designação, conteúdo, finalidade e destinatários;
- preço total aplicável e, quando existam, condições de acesso a preços reduzidos;
- data ou período de realização, horário e duração;
- modalidade presencial, online ou híbrida e, quando aplicável, local de realização;
- critérios de admissão, requisitos profissionais, limite de lugares ou assiduidade, quando existam;
- condições técnicas de acesso, quando a prestação seja realizada online;
- outras condições específicas relevantes para a atividade.

Os preços e eventuais reduções podem variar entre atividades e categorias de destinatários. O preço devido é o que estiver claramente apresentado ao participante antes da conclusão da inscrição ou pagamento.

As condições específicas de cada atividade complementam os presentes Termos e Condições e prevalecem quanto às matérias próprias dessa atividade, desde que não contrariem normas legais imperativas.

4. Inscrição, contratação e confirmação

A submissão de um formulário de inscrição não garante, por si só, a participação quando a atividade esteja sujeita a limite de lugares, verificação de requisitos de admissão, processo de seleção ou confirmação de pagamento.

Quando seja exigido pagamento, a inscrição considera-se confirmada após a respetiva validação e desde que se encontrem preenchidos os restantes requisitos específicos da atividade.

Nas atividades sujeitas a candidatura ou seleção, designadamente programas de formação, o pagamento de uma taxa de candidatura não equivale à admissão no respetivo programa.

Nos contratos celebrados à distância, a SPPA confirma a contratação em suporte duradouro, designadamente por correio eletrónico, nos termos legalmente aplicáveis e, em qualquer caso, antes do início da prestação do serviço.

O participante é responsável pela exatidão dos dados fornecidos e por manter atualizados os contactos necessários às comunicações relacionadas com a atividade.

5. Preços, faturação e meios de pagamento

Os preços aplicáveis são os indicados na página, formulário ou documentação correspondente à atividade ou serviço no momento da inscrição.

Os meios de pagamento aceites são os disponibilizados pela SPPA no processo de inscrição ou pagamento. Quando seja utilizado débito direto, a cobrança depende de autorização válida do devedor, nos termos aplicáveis.

Antes da conclusão do pagamento, o participante terá acesso ao valor total devido. A SPPA emitirá o documento contabilístico aplicável de acordo com a legislação em vigor e os dados facultados pelo participante.

A SPPA não comercializa atualmente, através do website, livros, merchandising ou outros bens físicos; por esse motivo, as condições aqui previstas dizem respeito à prestação de serviços e atividades, não existindo expedição, portes ou entrega física de mercadorias.

6. Cancelamento, desistência e não comparência por iniciativa do participante

Sem prejuízo dos direitos de livre resolução, resolução, cancelamento ou reembolso que resultem imperativamente da legislação aplicável, uma vez confirmada a inscrição e efetuado o respetivo pagamento, não são admitidos cancelamentos com reembolso por iniciativa do participante.

A desistência, impossibilidade de comparência, não comparência ou ausência total ou parcial do participante não confere direito ao reembolso dos montantes pagos, a crédito para outra atividade, à transferência do valor para outra edição nem à reposição da sessão, seminário, encontro ou atividade em edição posterior.

Nos programas sujeitos a requisitos de assiduidade, as faltas mantêm ainda os efeitos previstos no respetivo regulamento ou condições específicas.

7. Alteração, adiamento ou cancelamento pela SPPA

Por motivos devidamente justificados, nomeadamente indisponibilidade superveniente de formadores ou oradores, força maior, razões de segurança, impossibilidade de utilização do espaço ou outras circunstâncias que impeçam a realização nos termos inicialmente previstos, a SPPA poderá proceder a alterações relativas à data, horário, local, modalidade ou intervenientes de uma atividade.

Em caso de cancelamento definitivo da atividade pela SPPA, o participante terá direito ao reembolso integral do valor pago relativamente à atividade cancelada.

Em caso de adiamento ou alteração substancial da data, modalidade ou de outra condição essencial da atividade, o participante poderá optar por manter a inscrição nas novas condições ou solicitar o reembolso integral do valor pago.

Alterações não substanciais, designadamente ajustamentos de horário, sala, plataforma ou intervenientes, quando não modifiquem de forma relevante a natureza ou o conteúdo essencial da atividade, não conferem, por si só, direito a reembolso, sem prejuízo dos direitos legalmente imperativos.

8. Programa de Formação de Analistas Junguianos

A candidatura, admissão, frequência, avaliação e pagamentos relativos ao Programa de Formação de Analistas Junguianos regem-se pelo respetivo Regulamento de Formação e pelas condições específicas comunicadas aos candidatos, sem prejuízo das normas legais imperativas.

A desistência do Programa de Formação por iniciativa do candidato deve ser comunicada por escrito à SPPA. A desistência produz efeitos no último dia do mês seguinte ao mês em que a comunicação seja recebida pela SPPA, mantendo-se devidas todas as mensalidades até essa data.

Os montantes já pagos não são reembolsáveis em caso de desistência por iniciativa do candidato, sem prejuízo dos direitos que resultem imperativamente da legislação aplicável.

A desistência da formação não elimina os efeitos das faltas já registadas nem confere ao candidato direito à reposição de seminários ou encontros em edições posteriores.

9. Propriedade intelectual e gravações

Salvo indicação em contrário, os conteúdos disponibilizados pela SPPA ou no âmbito das suas atividades, incluindo textos, apresentações, materiais formativos, documentação pedagógica, imagens, gravações e outros conteúdos, encontram-se protegidos pelos direitos de propriedade intelectual aplicáveis.

A inscrição ou participação numa atividade não confere ao participante o direito de reproduzir, distribuir, publicar, comercializar ou disponibilizar publicamente esses materiais sem autorização dos respetivos titulares.

Não é permitida a gravação áudio ou vídeo das atividades por participantes, salvo autorização expressa da SPPA e, quando aplicável, dos intervenientes envolvidos.

10. Proteção de dados pessoais

Os dados pessoais recolhidos através do website, dos formulários de inscrição e dos processos de pagamento são tratados nos termos da Política de Privacidade/Proteção de Dados disponibilizada no website da SPPA e da legislação aplicável.

11. Comunicações

As comunicações relativas a inscrições, pagamentos, alterações de atividades e acessos a atividades online são efetuadas, em regra, através do endereço de correio eletrónico ou de outro contacto fornecido pelo participante.

Compete ao participante verificar a respetiva caixa de correio eletrónico, incluindo pastas de correio não solicitado, e assegurar que os dados de contacto facultados se encontram corretos e atualizados.

12. Direito de livre resolução e direitos do consumidor

Quando o participante tenha a qualidade jurídica de consumidor e celebre à distância um contrato abrangido pelo Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro, aplica-se o direito de livre resolução nos termos, prazos, condições e exceções legalmente previstos.

A informação detalhada sobre o exercício desse direito consta do documento «Informação ao Consumidor, Livro de Reclamações, RAL e Direito de Livre Resolução», disponível no website da SPPA. Nenhuma disposição dos presentes Termos e Condições deve ser interpretada como renúncia a direitos que a lei atribua imperativamente ao consumidor.

13. Reclamações e resolução alternativa de litígios

A informação relativa a reclamações, Livro de Reclamações Eletrónico e Resolução Alternativa de Litígios de Consumo encontra-se reunida no documento «Informação ao Consumidor, Livro de Reclamações, RAL e Direito de Livre Resolução».

14. Alteração dos presentes Termos

A SPPA poderá atualizar os presentes Termos e Condições em virtude de alterações legislativas, regulamentares, tecnológicas ou organizativas.

Salvo imposição legal ou acordo válido entre as partes, uma atualização posterior dos Termos não altera retroativamente as condições essenciais de contratos já celebrados. À contratação de cada atividade aplicam-se as condições comunicadas ao participante no momento da respetiva celebração, sem prejuízo das normas legais imperativas.

15. Lei aplicável

Os presentes Termos e Condições regem-se pela lei portuguesa, sem prejuízo das normas imperativas de proteção do consumidor e das regras aplicáveis à resolução de litígios.